

DOCUMENTOS HISTÓRICOS DO MOVIMENTO AUTOGESTIONÁRIO

PARTIDO OU CLASSE?* *movimento conselhistas***

** Nome anterior do Movimento Autogestionário.

A época em que vivemos está marcada por um conjunto de transformações e por diversas tentativas de explicação das mesmas.

As transformações do capitalismo mundial (formação de blocos econômicos, rearticulação da divisão internacional do trabalho, crise do capitalismo de estado da Rússia e Leste Europeu, etc.) e as mudanças ideológicas decorrentes daí, que têm como principal aspecto a ofensiva ideológica da burguesia com suas ideologias do fim e da crise (crise do marxismo, fim da história, crise do socialismo, fim do imperialismo, fim da luta de classes, etc.) colocam para a teoria revolucionária novas tarefas.

A principal tarefa hoje para a teoria revolucionária é reavaliar a si mesma para dar conta de responder às questões do mundo contemporâneo. Entretanto, as respostas de algumas correntes e pensadores que se consideram de esquerda nos parecem um retrocesso, pois alguns julgam encontrar tais respostas através de uma revisão completa da teoria revolucionária, inclusive nos seus fundamentos ontológicos, enquanto que outros buscam “responder” a tais questões com o discurso velho e surrado do início do século (seja o social-democrata seja o bolchevista), reciclando-o apenas superficialmente, e se fecham para os erros do passado e as mudanças do presente. Não pretendemos responder a todas as questões hoje colocadas, mas tão-somente contribuir ao debate sobre a questão da relação partido e classe no interior do movimento socialista.

O marxismo revolucionário elaborou uma concepção materialista da história que tem seu fundamento na seguinte afirmação: a história das sociedades tem sido, até hoje, a história das lutas de classes.

* Este texto foi produzido para o Encontro Regional da Frente Revolucionária em Goiânia, que preparava o debate para o Encontro Nacional, realizado em São Paulo, e que desembocou na formação do PSTU, apesar da posição contrária e minoritária do Movimento Conselhistas, hoje Movimento Autogestionário, o que comprova as teses aqui expostas, que abandonou tal Frente logo após o referido Encontro. Aliás, o PSTU acabou sendo hegemônico pelos trostkistas e se tornou uma organização burocrática contra-revolucionária e que hoje é combatida pelo Movimento Autogestionário, tal como apontado no presente texto como sendo uma necessidade do movimento operário e revolucionário.

Este é o princípio ontológico fundamental do materialismo histórico-dialético na busca da compreensão das sociedades humanas. A luta entre escravo e senhor de escravo, entre servo e senhor feudal, operário e capitalista, entre outras formas de luta de classes é o que leva à transformação das sociedades humanas.

O marxismo revolucionário também afirmou: “a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”. Este é o elemento fundamental da teoria da revolução proletária. A sociedade socialista existe dentro da sociedade capitalista como potencialidade expressa na classe social portadora de novas relações sociais que ela engendra ao realizar seu ser, o proletariado. Portanto, o comunismo só pode existir a partir da ação revolucionária do proletariado.

A história das sociedades é movida pela luta de classes e as classes que são antagônicas e realizam uma luta constante na sociedade capitalista são a burguesia, a classe conservadora, e o proletariado, a classe revolucionária. Com o advento do bolchevismo, colocou-se um novo personagem com direito a ser sujeito histórico da revolução comunista: o partido político. É este que devia dirigir e fornecer a consciência socialista à classe operária. A classe, jogada a si mesma, chegaria no máximo ao reformismo. O partido substitui a classe como sujeito revolucionário e o grande ideólogo do substitucionismo é Lênin. Se o sujeito revolucionário é o partido, então torna-se necessário um centralismo para criar uma unidade de ação. A disciplina e a centralização são essenciais para a organização – o sujeito revolucionário – ter eficácia prática.

101

Já naquela época surgiram críticos de tal posição. O “jovem Trótski” dizia: “na política interna do partido, estes métodos conduzem (...) a organização do partido a substituir o partido; o comitê central a substituir a organização; e, enfim, um ditador único a substituir o comitê central” (TRÓTSKI, Leon. **Nos Taches Politiques**). Esta profecia do “profeta armado” se realizou na

figura do ditador Stálin, precedido por Lênin. Mas se o “jovem Trótski” percebeu o substitucionismo organizativo não conseguiu perceber com a mesma clareza o substitucionismo ideológico que o justificava: a ideologia da vanguarda.

Rosa Luxemburgo também combateu as teses leninistas: "o movimento socialista é, na história, o primeiro que se baseia sobre a organização e a ação direta e autônoma das massas... o único ‘sujeito’ ao qual corresponde, hoje em dia, o papel de dirigente é o ‘eu’ coletivo da ‘classe operária’" (LUXEMBURGO, Rosa.

Questões de Organização da Social-Democracia Russa).

E qual era o ponto de vista de Lênin? O “jovem Trótski” já dizia que a concepção de Lênin “não é senão um atentado teórico contra o caráter de classe de nosso partido, atentado não menos perigoso que o reformismo” e denunciava o perigo representado por “todos aqueles que atendem menos a lógica histórica do movimento de classe que a lógica burocrática de seus planos organizativos”. Aqui vemos claramente o seguinte: o ponto de vista de Lênin não é o mesmo que o do proletariado e sim o da burocracia.

A ênfase colocada no partido em detrimento da classe significa o abandono do marxismo revolucionário e do ponto de vista do proletariado. Significa, simultaneamente, a adoção de um outro ponto de vista. Um dos conceitos fundamentais do materialismo histórico-dialético é o de alienação. Marx disse: “graças ao trabalho alienado, por conseguinte, o homem não só produz sua relação com o objeto e o processo de produção, como homens estranhos e hostis; também produz a relação de outros homens com a produção e o produto dele, e a relação entre ele próprio e os demais homens. Tal como cria sua própria produção como uma perversão, uma punição, e o seu próprio produto como uma perda, como um produto que não lhe pertence, assim também cria a dominação do não-produtor sobre a produção e os produtos desta. Ao alienar sua própria atividade, ele outorga ao estranho uma atividade que não é dele” (MARX, Karl. **Manuscritos de Paris**).

A partir disto podemos compreender porque a tese de Marx retomada por Rosa Luxemburgo é fundamental: a emancipação da classe operária é obra da própria classe operária. Se a classe perde o controle da atividade revolucionária, outorgando a outros este papel, ela não só perderá o produto de sua atividade como criará aqueles que o usurparão. Lênin elaborou a tese que justificava a alienação coletiva da classe operária do seu produto: o comunismo. A revolução russa e a consolidação do capitalismo de estado na URSS também instaurou a dominação do não-produtor sobre o produtor. Quem foram os não-produtores que assumiram o domínio sobre o proletariado na URSS? A burocracia. O ponto de vista de Lênin é, portanto, o ponto de vista da burocracia.

O marxismo revolucionário não aprofundou suficientemente a sua teoria da burocracia. Alguns apontamentos do “jovem Trótski” e Rosa Luxemburgo, as análises dos comunistas conselhistas (Pannekoek, Gorter, Mattick, Korsch, Rühle, etc.); a tese da “burocratização do mundo” de Bruno Rizzi; as teses de Castoriadis, quando se dizia marxista, sobre a “sociedade burocrática” e a obra fundamental de Robert Michels e João Bernardo é parte do que se produziu de melhor no marxismo sobre a questão da burocracia (é claro que alguns nomes foram omitidos, inclusive o de Marx).

Reavaliando essas contribuições de acordo com os princípios do materialismo histórico-dialético chegamos à seguinte conclusão: o marxismo é, como dizia Ernst Bloch, uma “ciência da tendência” e em uma sociedade existem diversas tendências no seu interior que podem se realizar. Em um modo de produção existem potencialmente (e às vezes, empiricamente, só que de forma subordinada) diversos modos de produção. Estes modos de produção potenciais só se concretizam graças a ação humana de grupos sociais que são seus portadores. O proletariado, por exemplo, é a classe social portadora das relações de produção comunistas. Entretanto, essa não é a única possibilidade histórica de superação do capitalismo, pois existem outras classes sociais portadoras de outras relações sociais no seu interior.

A burocracia é uma dessas classes sociais. Ela, por não ser uma classe social fundamental do modo de produção capitalista, encontra-se subordinada à burguesia. Ela não se encontra entre as classes exploradas, mas sim entre as classes auxiliares da burguesia por ter seus rendimentos doados por esta que os extrai da exploração realizada sobre as classes produtoras. Apesar de ser uma classe subordinada, ela pode buscar se autonomizar e criar uma sociedade à sua imagem.

A burocracia por não ser uma classe produtora não pode implantar a sua dominação a partir da produção, mas somente a partir do estado e das organizações burocráticas. A contra-revolução burocrática na Rússia aconteceu quando o partido bolchevique assumiu o poder estatal. Entretanto, a burocracia não conseguiu abolir as relações de produção capitalistas, devido sua ligação superficial com a produção, e não fundou o modo de produção que lhe correspondia – o modo de produção burocrático – mas conseguiu apenas implantar um capitalismo de estado se metamorfoseando em burguesia de estado. A formação de um modo de produção burocrático só pode ocorrer com a abolição da lei do valor e isto pode acontecer por duas vias: a generalização do capitalismo de estado em escala mundial ou a evolução do capitalismo privado com um nível elevado de desenvolvimento tecnológico e de automatização que torne a força de trabalho um elemento secundário na produção de valor, o que tornaria, em ambos os casos, possível a abolição da lei do valor pela burocracia dirigente.

Portanto, o partido político, auto-intitulado “revolucionário”, “comunista”, “socialista”, “operário” etc. não é nem pode ser uma organização revolucionária. A classe operária é o embrião da sociedade comunista e a burocracia, em todas as suas formas de manifestação (partido, estado, organização) é o embrião do capitalismo de estado ou do modo de produção burocrático. Os militantes revolucionários devem ser expressão política do movimento operário. Mas quando se destaca da classe e se autonomiza, cria

uma relação de alienação. Neste caso, a expressão passa a ser outra coisa: alienação.

Isso só pode ser explicado através de outro princípio fundamental do materialismo histórico-dialético: “não é a consciência que determina a vida, mas, ao contrário, é a vida que determina a consciência”. Os militantes revolucionários não estão livres das várias formas de alienação da sociedade burguesa e da pressão da ideologia dominante, pois eles estão envolvidos pelo conjunto das relações sociais capitalistas. O partido político leva ao culto da autoridade, à ideologia do dirigente, ao estrategismo que logo desemboca em oportunismo, carreirismo etc. O militante partidário vê as lutas políticas na sociedade do ponto de vista de seu partido político e não da classe revolucionária. Por conseguinte, o militante partidário não é um militante revolucionário.

O partido não é “ferramenta” e nem “instrumento” da classe, pois isto pressupõe que ele seja “vazio”, sem interesses próprios e uma lógica de funcionamento própria. O partido, uma vez existindo, passa a ter vida própria e por isso não é instrumento e nem ferramenta da classe operária, mas é expressão dos interesses daqueles que lhe dão vida: a burocracia partidária. Esta tenta controlar e dirigir o conjunto dos militantes partidários que formam a sua “base”. A direção é uma casta burocrática que, devido seu “modo de vida burocrático”, observa as lutas políticas, elabora sua estratégia e atua sobre as massas de acordo com a lógica burocrática dos seus planos. A base, por estar envolvida mais diretamente nas lutas das massas, acaba muitas vezes se opondo à política oficial do partido e, em muitos casos, formam tendências mais à esquerda no seu interior. Essas tendências, uma vez formadas, logo reproduzem a divisão entre direção e base e isto ocorre com mais intensidade quanto maior se torna a tendência. A burocracia partidária se utiliza disto para realizar a cooptação das lideranças e assim integrar essas tendências de novo na política do partido. Em resumo: a burocracia é sempre conservadora e, conseqüentemente, deve ser sempre combatida. Basta olharmos o

“exemplo petista” para notarmos que tudo isso é a realidade dos partidos políticos “ditos” de esquerda e o oportunismo do PCdoB deixa claro que isto também ocorre em partidos de vanguarda.

Retiramos dessas considerações a seguinte conclusão: os militantes revolucionários devem ser expressão política do movimento operário e não de partidos políticos. Para ser expressão política do proletariado deve partir do ponto de vista desta classe e não do partido ou corrente política para analisar a realidade e elaborar a estratégia de atuação, ou seja, não se deve colocar a ênfase na luta de frações dentro do partido ou nas lutas partidárias e sim na luta de classes. Mas isto não depende apenas da “vontade” dos militantes, pois eles estão condicionados pelas suas condições de vida e pelas condições existentes no seu local de atuação política.

Por isso, torna-se necessário combater todas as formas de burocracia e superar a idéia de formação de um partido político, no sentido tradicional do termo.

A organização revolucionária não deve ser uma organização propriamente dita. Isto porque ela deve abolir a burocracia. Nenhuma organização burocrática pode ser revolucionária no sentido proletário. Os partidos políticos visam a conquista do poder estatal, seja pela via eleitoral, no caso dos reformistas, seja pela via insurrecional, no caso dos bolchevistas. A classe operária e os militantes que são sua expressão política, busca a destruição do estado em geral e sua substituição pela associação revolucionária dos produtores, ou seja, pela autogestão.

A partir disto chegamos à conclusão de que a frente revolucionária corre o risco de cumprir um papel histórico oposto ao que se propõe caso se organize na forma de um partido político tradicional (de massas ou de vanguarda). Por isto, propomos que a frente se organize como uma “associação de movimentos revolucionários” sem centralismo “democrático” e sem o “espírito estéril do vigia noturno” (Rosa Luxemburgo). Se lembrarmos que a frente revolucionária não é o sujeito histórico da revolução e sim o

proletariado, veremos que a mais ampla liberdade, o envolvimento nas lutas de massas pelos militantes, a disputa ética e democrática no que se refere à estratégia política, são o suficiente para colaborar com a luta revolucionária do proletariado e isto sem as deformações burocráticas.

Revista eletrônica de circulação livre.